

Os Medina e Vasconcelos

A chegada

Descoberto havia tanto tempo o arquipélago de Cabo Verde, algumas das suas ilhas continuavam por povoar. Era o caso de São Vicente, ilha frequentemente visitada por corsários. O seu fantástico porto era um bom anfitrião, a boa água que brotava de algumas das suas nascentes e o gado abandonado que pastava pela ilha pareciam constituir grandes atracções para estes frequentadores do oceano. Um decreto de 1781 determinara, no entanto, que se desenvolvessem as diligências necessárias para o povoamento das ilhas desertas de Cabo Verde, entre as quais a de São Vicente. Para tal, isentar-se-iam de forros os colonos durante os primeiros dez anos e os dízimos arrecadados seriam canalizados para a edificação de igrejas. Contudo, o decreto não fora executado, pois, considerava o mordomo-mor do Reino, tudo confluía para que nada se empreendesse: a falta de recursos financeiros da Capitania, a propensão para o ócio e a pobreza dos habitantes e ainda a eventual «*falta de capacidade e de zelo Patriótico*» das autoridades, que, em 1783, não haviam coadjuvado naquela empresa o bispo-governador interino frei Francisco de São Simão.

João Carlos Mendes Rosado, desembaraçado já da administração das companhias monopolistas e eventualmente desejoso de uma paz impossível de alcançar numa ilha em perpétuas quezílias, ou então movido pela ambição económica, propôs ao Governo povoar São Vicente. Talvez o anelo de aventura tenha igualmente mobilizado João Carlos para a travessia das léguas que separavam a que fora a sua ilha adoptiva no passado e a que, no futuro, colonizaria, de raiz e de acordo com os seus desígnios. Seria a sua ilha. Pediu para lhe ser “cedida” a ilha por seis anos, para a cultivar e povoar. O povoamento seria feito com os seus escravos e com casais livres que nela pretendessem ir residir. Comprometia-se a edificar e equipar à sua custa uma igreja e a pagar a cômgrua do respectivo pároco durante esses seis anos. Pedia ainda que se lhe mandasse “arrematar” por sessenta mil réis o gado existente na ilha, para a sua subsistência e a dos colonos.

[...]

É interessante seguirmos o que pensava deste projecto de povoamento da ilha de São Vicente o bispo de Cabo Verde, frei Cristóvão de São Boaventura. O pior possível! Tanto quem dirigiria localmente o processo – João Carlos da Fonseca Rosado – como os povoadores suscitavam-lhe a maior das reservas. Mais do que reservas, o bispo tinha a certeza de que qualquer tentativa para bem povoar aquela ilha redundaria num enorme fracasso pela combinação dos dois principais elementos envolvidos – dirigente e dirigidos.

Em carta ao ministro, e ainda antes de lhe expor as razões do seu cepticismo, revela-lhe que também ele gostaria de ter empreendido o povoamento da ilha. Se não o intentara, fora porque os modestos recursos de que dispunha não lhe permitiriam “importar” do Reino ou dos Açores casais de povoadores – e colonizar a ilha com escravos da Guiné ou com negros ou mestiços de Cabo Verde era estender à ilha de São Vicente «*a inercia, a preguiça, e a barbaridade, ç reyna nas outras*». Desgostava-o, por isso, que se estivesse pensando em utilizar aqueles recursos humanos. Pela sua experiência de muitos anos nas ilhas, conhecia as características da sua população, negra ou mestiça, escrava ou livre, e tão bem a conhecia que defendia mesmo que a primeira condição para o bom e proveitoso (para a Coroa) povoamento da ilha seria interditar a sua entrada lá.

Quanto a João Carlos da Fonseca Rosado, não podia ter dele pior impressão e estava convicto de que, se o seu oferecimento fora aceite, facto que muito o vinha desgostando, isso se devera ou a não ter sido remetida informação acerca dele ou a ela afastar-se muito da verdade. Dos quatro quesitos essenciais que um povoador deveria reunir – capacidade financeira, boa conduta, religiosidade e conhecimentos – João Carlos não possuía as últimas três e, quanto à primeira, não era certo que tivesse fortuna, pois o que se dizia era o contrário, até porque dos negócios em que se envolvera, pelo menos nos dez anos de permanência de frei Cristóvão de São Boaventura no arquipélago, tinha saído perdedor. Comprara uma corveta a um negociante da Madeira e corra-lhe muito mal o negócio; comprara, em Março de 1791, uma escuna a outro negociante madeirense, e fora igualmente ruinoso o empreendimento.

Era verdade que João Carlos possuía no Fogo propriedades,

com o fruto das quais sustentava fartamente a sua família. O solo insular, de origem vulcânica, era rico, vigoroso, pois os escassos séculos de cultivo ainda não o tinham saturado. Contudo, a riqueza de João Carlos ficava-se pelo bom rendimento das suas terras. A sua falta de liquidez inviabilizaria a mobilização apropriada de capitais entre as ilhas, tornando a empresa arriscada. Previa o bispo que a sua deslocação e a da sua família e escravos para São Vicente acabaria por fazer secar a sua fonte de rendimento, as terras no Fogo. O facto de possuir muitos escravos também não deveria iludir as instâncias superiores quanto à riqueza, pois era muito fácil ter um «*viveiro cheyo*»: bastava adquirir duas ou três escravas e fazê-las engravidar anualmente. Mas, continuava Cristóvão de São Boaventura, dando-se de barato que João Carlos Mendes Rosado era um homem abastado, possuindo «*talentos quantitativos*», e que era movido por boas intenções e não apenas pela «*bazofia, ç lhe conheço*», que dizer dos «*qualitativos*», ou seja, os outros requisitos recomendados a quem ia liderar um processo de povoamento e deveria, com o exemplo, orientar e morigerar os colonos? Destes, era João Carlos absolutamente desprovido:

Que conhecimentos pode ter hum homem, ç mal sabe ler, e escrever mal, e ç nunca frequentou as Aulas da instrução, e ç vive a tantos anos em hũa Ilha, em ç, como em todas as deste Bispado, só reyna a ignorancia, a corrupção, e a libertinagem?

João Carlos era, de acordo com o bispo, «*hum homem de má conducta, mãos costumes, [...] libertino, por não dizer blasfemo*». Ainda se o escolhido fosse o capitão-mor da ilha Brava, Eusébio José do Vale, homem realmente rico, com navio próprio e de conduta e religiosidade exemplares...¹ Os religiosos formavam péssima opinião de João Carlos. O bispo há muito o alcançara extra-judicialmente. Não podendo deslocar-se ao Fogo, não confiava em ninguém para o punir, pois quem comandava a ilha eram sempre «*delinquentes dispoticos*» da estirpe do próprio João Carlos e os governadores pouco

1 Ofício do bispo de Cabo Verde, frei Cristóvão de São Boaventura, ao mordomo-mor do Reino, Luís Pinto de Sousa, datado de 14 de Dezembro de 1795. AHU-Cabo Verde, cx. 48, doc. 89.

faziam, pois, no intuito de terminar com certos abusos e desordens, criavam-se outros.

No mesmo dia e pelo mesmo navio que lhe trouxera o ofício do ministro, o bispo recebera do pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila de São Filipe, João Caetano Gonçalves Lima, uma cópia do auto acerca do «*desaforo, e libertinismo, com que João Carlos vive nesta Ilha do Fogo*». Dizia o pároco que era público e notório que João Carlos andava amancebado com Lourença, filha do capitão Francisco Lobo (de Barros?, Alfange?), havia vinte e três anos e que com ela tivera vários filhos, para além dos abortos provocados. Esta relação marital com Lourença era causa do «*continuo Divorcio com sua mulher*», Cecília da Fonseca Osório. João Carlos tinha também uma escrava doméstica, Antónia, com quem estivera igualmente amancebado muitos anos, passando depois a relacionar-se sexualmente com uma filha desta, Norberta, e depois com outra, Ana, com quem também teve vários filhos. Dizia-se no Fogo que tinha na altura um novo objecto da sua concupiscência, Maria da Conceição, neta de Antónia. Decididamente, as mulheres desta família pareciam ser o alvo predilecto da lubricidade de João Carlos da Fonseca Rosado!

Talvez João Carlos fosse especialmente exuberante nos atentados à moral vigente; contudo, as descrições acerca do comportamento dos homens insulares ou vivendo nas ilhas eram geralmente pouco abonatórias. Manuel Roiz Lucas de Sena, que viveu quase dois anos no arquipélago, menos de dois decénios depois destas declarações do pároco João Caetano Gonçalves Lima, afirmava que «*Todos os seus intertimentos são jogos de grandes paradas, Moças (Negras), fallar mal das vidas alheias, ou patuscadas, e diboches*»².

Os motivos por que o comandante interino da ilha do Fogo repugnava aos sacerdotes não se limitavam às suas mancebias. João Carlos também não respeitava os dias de jejum e abstinência estabelecidos pela Igreja. Comia carne quando lhe aprazia e convidava os outros a segui-lo. Não reconhecia qualquer ascendente moral aos sacerdotes, considerando que só no interior das igrejas deveriam ser

objecto de tratamento diferencial; fora delas, deveriam ser considerados e tratados como homens comuns (pois não tinha na família, na pessoa do tio Inácio Mendes Rosado, um exemplo exacerbado desta comum humanidade dos sacerdotes?)³.

[...]

Já nas ilhas e novamente no exercício do seu cargo, D. António Coutinho de Lencastre chamou à Praia o capitão-mor comandante da ilha de São Vicente, João Carlos da Fonseca Rosado, para o ouvir acerca das querelas entre ele e o vigário da matriz de São Vicente. Estas estavam a atingir proporções desagradáveis, e o governador pretendia afastar o capitão-mor daquela ilha durante alguns meses, para ver se os pomos da discórdia ressequiam. Contudo, esta passagem de João Carlos pela Praia revelou-se trágica. Chegou à Vila a 17 de Agosto de 1815 e, logo em meados de Setembro, adoeceu febril e disentérico. Podemos interrogar-nos o que teria levado o governador a chamar à Praia um homem de idade avançada – João Carlos tinha setenta e sete anos –, quando se estava a entrar na estação palúdica por excelência.

A 28 de Setembro morria, na Praia, João Carlos da Fonseca Rosado, o homem que, seduzido pelos encantos de um belo porto, sonhou erigir uma povoação à sua beira e colocar uma nova ilha nos mapas das terras habitadas pelos homens. E expirou sem ter vencido as forças da natureza, tão parcimoniosa nas suas benesses aos pais e mães fundadores da povoação de Dom Rodrigo, quanto pródiga em testar-lhes os limites de sobrevivência e reprodução. Acabou por morrer e ser sepultado onde certamente não teria gostado, longe das suas duas ilhas, aquela onde crescera – o Fogo – e a que adoptara para palco da sua acção quase demiúrgica – São Vicente. Além de ter recebido todos os sacramentos, teve ainda acompanhamento fúnebre cantado (*vd.* Figura 85). Foi inumado no corpo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, na Praia. João Carlos «*faleceu da vida prz.^{te} [presente]*», mas não a sua obra. Se é verdade que não deixou

2 Manuel Roiz Lucas de Sena, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde*, s.l., s.d. [manuscrito oferecido à Academia Real das Ciências em Janeiro de 1818], p. 204. ACL-Manuscritos da Série Azul, 247.

3 Pároco João Caetano Gonçalves Lima, cópia do auto acerca do «desaforo, e Libertinismo, com que João Carlos vive nesta Ilha do Fogo», s.d.. AHU-Cabo Verde, cx. 48, doc. 89.

uma ilha exuberante de vida, como almejava, também é verdade que se não extinguiu a estirpe dos fundadores da futura Mindelo⁴.

4 Assento de óbito do capitão-mor João Carlos da Fonseca Rosado, 28 de Setembro de 1815. AHNCV-Registos Paroquiais, cx. 7, pç. 44 – Assentos de óbito da freguesia de Nossa Senhora da Graça, ilha de Santiago (16 de Novembro de 1807-20 de Abril de 1856), fl. 22v.